

# **POLÍTICA DE PREVENÇÃO À LAVAGEM DE DINHEIRO E COMBATE AO FINANCIAMENTO DO TERRORISMO (PLD/CFT)**

**JEHOVÁ SHAMA SERVIÇOS DIGITAIS LTDA**

CNPJ: 59.569.024/0001-09 – Tapejara – RS – Brasil

**Revisão:** 26 de novembro de 2025

## **1. Objetivo**

Estabelecer diretrizes, controles internos e procedimentos para prevenir e combater a lavagem de dinheiro (LD) e o financiamento do terrorismo (FT), em conformidade com:

- Lei nº 9.613/1998 e alterações;
- Lei nº 14.478/2022 (Marco Legal dos Criptoativos);
- Regulamentações do Banco Central do Brasil, COAF e demais órgãos competentes;
- Melhores práticas internacionais (FATF/GAFI).

A Companhia atua em modelo White Label, oferecendo soluções digitais e integração com plataformas reguladas (ex: KGTravel, Binance, Sim.Paul), sem realizar operações financeiras diretas.

---

## **2. Escopo e Aplicação**

Aplica-se a todos os colaboradores, sócios, parceiros e prestadores de serviço da Companhia.

A JEHOVÁ SHAMA é responsável por implementar KYC (Conheça seu Cliente), monitoramento e classificação de risco de clientes, bem como cooperar com parceiros licenciados que realizam a execução financeira.

---

## **3. Responsabilidade e Estrutura de Compliance**

- Responsável de Compliance: Rosa Emilia Mendoza de Mendoza, CPF 707.806.132-28
  - Poderes:
    - Implementar e revisar esta política;
    - Aprovar procedimentos de verificação de clientes e limites de transação;
    - Monitorar operações e classificar riscos;
    - Reportar operações suspeitas ao COAF;
    - Coordenar auditorias e treinamentos internos;
    - Servir como ponto de contato junto a órgãos reguladores e parceiros.
-

## 4. Política de KYC e Onboarding

### 4.1 Pessoa Física

- Documento oficial com foto (RG, CNH, Passaporte);
- CPF para brasileiros ou RNM para estrangeiros;
- Selfie segurando o documento (prova de vida);
- Comprovante de residência dos últimos 90 dias **para operações superiores a R\$ 3.000;**
- Screening contra listas de sanções (ONU, OFAC, COAF, Banco Central, PEP).

### 4.2 Pessoa Jurídica

- Contrato social e CNPJ;
- Documentos dos sócios e beneficiários finais (>10% participação);
- Comprovante de atividade econômica (nota fiscal, site, registro);
- Declaração de origem dos recursos para operações acima de R\$ 5.000.

Todos os dados coletados são tratados conforme a LGPD e armazenados por 5 anos.

---

## 5. Classificação e Monitoramento de Risco

- Matriz de risco baseada em critérios objetivos e subjetivos.
  - Cada cliente recebe classificação Baixo, Médio ou Alto Risco, considerando perfil, país, valores e frequência de transações.
  - Operações acima de R\$ 5.000, transferências internacionais, clientes estrangeiros ou PEPs são automaticamente classificadas como Alto Risco.
- 

## 6. Diligência Reforçada (EDD)

Nos casos de alto risco:

- Coleta de documentação adicional sobre origem dos recursos;
  - Entrevista de conformidade (online ou escrita);
  - Aprovação direta pelo Oficial de Compliance antes da operação.
- 

## 7. Monitoramento e Alertas

- Sistema interno verifica múltiplas transações, envio para países não cooperantes, alterações súbitas de dados e operações fragmentadas.
  - Alertas revisados semanalmente e, quando necessário, reportados ao COAF.
-

## **8. Reporte ao COAF**

Toda operação suspeita deve ser registrada internamente.

- ROS enviado ao COAF em até 72 horas quando houver indícios de LD/FT.
  - Todos os relatórios e evidências mantidos por 5 anos.
- 

## **9. Treinamento e Conscientização**

- Treinamentos semestrais sobre PLD/CFT, ética e LGPD.
  - Registros de participação arquivados para auditoria.
- 

## **10. Fornecedores e Parcerias**

- Utilização de provedores compatíveis com a legislação brasileira.
  - Parceiro licenciado executa a transação financeira e compartilha logs/evidências quando solicitado.
- 

## **11. Auditoria e Revisão**

- Auditoria anual independente.
  - Revisão anual ou sempre que houver alterações regulatórias relevantes.
- 

## **12. Sanções Internas**

- Descumprimento pode resultar em advertência, rescisão contratual e comunicação às autoridades competentes.
- 

## **13. Vigência**

- Entra em vigor na data de assinatura.

**Tapejara – RS, 26 de novembro de 2025**

Rosa Emilia Mendoza de Mendoza

Sócia-Administradora e Responsável de Compliance

JEHOVÁ SHAMA SERVIÇOS DIGITAIS LTDA